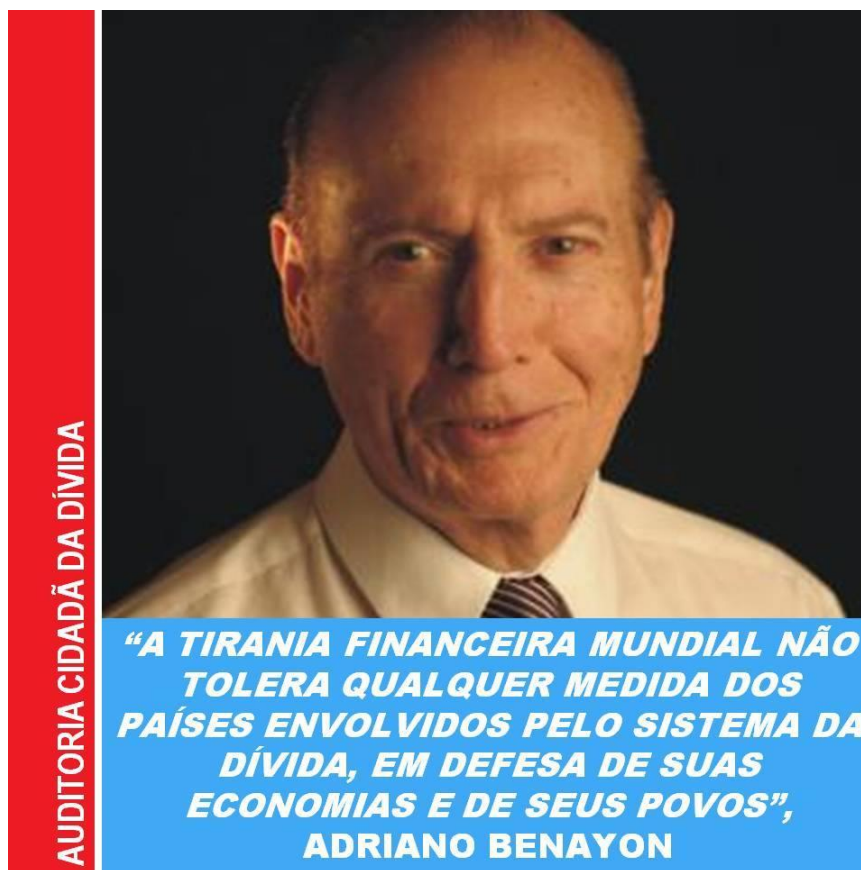


Coletânea de Entrevistas do Prof. Dr. Adriano Benayon



Canal no YouTube:

<https://www.youtube.com/BibliotecaNacionalista>

Biblioteca Nacionalista (livros gratuitos):

<http://bit.ly/BibliotecaNacionalista8>

Correio eletrônico:

bibliotecanacionalista@bol.com.br

A corrupção sistêmica no Brasil com Adriano Benayon

IMLB – Publicado em 19 de fevereiro de 2011

Prezados brasileiros que não são contemplados com os esquemas de corrupção vigentes em nosso país. Temos o prazer de informar que o Dr. Adriano Benayon, doutor em economia pela Universidade de Hamburgo, ex-diplomata do Itamarati e autor do livro "Globalização versus Desenvolvimento" por indicação de José Barboza da Hora, um dos fundadores do Instituto Mãos Limpas Brasil, assumiu a supervisão do projeto Nióbio, que será objeto de uma intensa campanha na internet. O nióbio é um mineral estratégico que estaria sendo dado de mãos beijadas para as grandes potências seguindo as práticas entreguistas que passaram a dominar o Brasil desde a morte de Getúlio. O tão aclamado Presidente JK, promoveu, muito antes de Collor, um dos capítulos mais importantes da história do "entreguismo nacional", ao abrir escancaradamente o mercado brasileiro para as indústrias estrangeiras de automóvel, sendo que até hoje, não temos sequer uma indústria brasileira de veículos automotores, o que obviamente não se deve à falta de competência dos brasileiros que foi muito bem demonstrada na Embraer, com a construção de aeronaves exportadas para as grandes potências. Imaginem onde estaria o Brasil hoje em termos de desenvolvimento social e econômico não fossem os presidentes entreguistas que tomaram de assalto o Poder, através de eleições pseudodemocráticas!

Quando o Brasil for governado por verdadeiros estadistas - e só assim - ele se transformará numa grande potência. Até lá cabe a todos os brasileiros que não traíram a sua Pátria e não se submeteram ao domínio dos DPM - donos do poder mundial, lutar de todas as formas possíveis pela independência econômica do Brasil, independência esta que é a condição básica para que nosso país ocupe o lugar que merece no cenário internacional, onde foi ultrapassado por muitos países que adotaram estratégias do verdadeiro desenvolvimento nacional. Aí vai a segunda entrevista de Benayon, como parte do nosso projeto "Economia ao Alcance de Todos" que vai revelar todo o conteúdo da caixa preta que domina a corrupção econômica do Brasil.

ML - O sr. tem se referido enfaticamente ao processo de corrupção de Fernando Henrique Cardoso e sua turma, vinculando-o às chamadas privatarias. Na sua opinião o processo de corrupção de Lula e sua turma não teria nenhum esquema entreguista envolvido? Outra eventual diferença seria a dimensão do enriquecimento ilícito das duas turmas. Por exemplo: o patrimônio rural de FHC seria muito maior do que o de Lula? O de Serra muito maior que o de Zé Dirceu ou Genoíno?

AB - Sim, considero que as privatizações realizadas, em grande escala, durante os mandatos de FHC representam o maior exemplo mundial, de todos os tempos, em matéria de corrupção, pois, de outro modo, não poderia ter havido o que houve. E o que houve? Estatais federais, bancos e estatais estaduais entregues, não apenas de graça, mas fazendo a União gastar centenas de bilhões de reais. Essas empresas e bancos valiam mais que dezenas de trilhões de dólares. Isso porque seu valor na época já era inestimável, insuscetível de ser medido em moedas criadas à vontade por bancos centrais a serviço de banqueiros golpistas, que levaram ao maior caos financeiro da história e desencadearam a depressão mundial, que deve durar mais e ser mais profunda que a famosa dos anos 30. Então, como é possível, sem a mega corrupção presente, entregar aqueles patrimônios fantásticos acrescidos de vários presentes, como dinheiro em caixa, estoques, liquidação onerosíssima de passivos trabalhistas, doação de créditos fiscais, (por exemplo, havendo ágio no leilão, essa parte foi compensada por créditos fiscais),

financiamentos privilegiados etc. etc., pagamento em títulos podres do preço estipulado nas fraudulentas avaliações, e gastando centenas de bilhões de dinheiro dos contribuintes, para dar tudo não só de graça, mas, sim, por preço líquido negativo?

ML - Por que razão o sistema precisaria exagerar tanto nessa busca de vantagens e mais vantagens, chegando ao absurdo de dar tudo de graça? Para que tamanho exagero?

AB - O saqueio das estatais através das 'privatizações' foi, repito, o maior que já se fez no Brasil e no Mundo. E não foi o único que se fez no Brasil. Sabemos todos nós que houve muitos e enormes, durante o período mais nefasto da história do Brasil, os oito anos de FHC, antes dele e depois dele. Para ficar só nesse período brutal, grupos financeiros mundiais, associados a alguns grupos locais e com a ajuda de testas-de-ferro, se apoderaram daqueles patrimônios colossais e, em vez de pagar, ainda receberam incríveis subsídios por isso. Então, eu diria o seguinte: desde que o mundo é mundo, quando os saqueadores encontram pouca resistência ou têm meios de neutralizar a resistência, raras vezes eles se autolimitam, moderando o saqueio.

São conhecidos muitos exemplos, ao longo da história antiga e moderna, em que os invasores entravam num país, apoderavam-se do ouro, dos estoques de alimentos etc., aí incendiavam tudo e ainda passavam os vencidos ao fio da espada. A tradição anglo-americana é provocar guerras, forjando incidentes, falseando os fatos, de tal forma a convencer sua opinião pública e a dos demais países que o agressor é o agredido, aí executam ações de guerra contra este, geralmente desprovido de condições de defesa, realizam saqueios incalculáveis, como ocorreu na Índia, de forma intensa e continuada, nos séculos XVIII, XIX e primeira metade do XX. No caso da guerra do ópio, através da qual forçaram a admissão de drogas na China, para poder receber as belas manufaturas chinesas de então, sem despendar ouro, intensificaram a exploração das riquezas da China e ainda cobraram indenização desse país, como se fosse ele que tivesse levado à guerra.

No Brasil, em termos militares, bastam os precedentes de ter sido forçado a entrar na 2ª Guerra Mundial e ceder bases nesse contexto e da presença nas costas brasileiras em 1964 de bem-armada esquadra norte-americana, pronta a apoiar os governadores de Minas, São Paulo e Rio, além dos comandos militares, insurretos contra o governo federal. Basta, ainda, de um lado, o superarmamento de potências imperiais, EUA e Reino Unido, com bases em toda a América do Sul, e, de outro, o completo desarmamento do Brasil, consequência do subdesenvolvimento do País causado pela desnacionalização da economia desde 1954 e pelo desmonte da indústria bélica nacional etc.

Com isso no pano de fundo, bastam para dominar o Brasil: o ataque ideológico, com a grande mídia a serviço das potências imperiais, a maior parte do pensamento político, econômico etc., emanado de universidades de nomeada financiadas por grandes empresas transnacionais; a mentalidade criada pela indústria do entretenimento, pelo marketing, pelas marcas estrangeiras e por aí vai. Com isso grande parte dos letrados e iletrados no Brasil tem a opinião formada pela VEJA, criada para isso com a ajuda de empresas ligadas à CIA, pela TV-Globo, idem, idem, além de outros grupos midiáticos.

Ainda assim, houve resistência às privatizações por parte de manifestantes, alguns sindicais, e de membros do Ministério Público que fizeram petições demonstrando os absurdos das negociatas, obtendo liminares para sustá-las, as quais foram derrubadas em Tribunais Superiores, sabendo-se que a cúpula dos três poderes no Brasil se subordina por inteiro às pressões da oligarquia financeira mundial (à qual estão subordinados também os governos dos países ditos desenvolvidos, que a ajudam na pressão imperial sobre o Brasil). De resto, os

tribunais nunca examinaram o mérito das ações impetradas contra a privatização. Deixaram que ela ocorresse, cassando as liminares, e ficou tudo engavetado.

Hoje, portanto, ficou ainda mais sem sentido tentar avaliar as estatais privatizadas na moeda podre, que é o dólar, completamente inflacionado e destinado a ser trocado por outra moeda de vigaristas. De fato, o dólar não vale mais quase nada, hiperinflacionado que está, e prestes a desabar ainda mais. Basta dizer que a onça de ouro beira US\$ 1.400,00, e se cotava a pouco mais de 200 dólares em 2002. E isso ainda é só o começo.

E não foram só as privatizações: há ainda as políticas e as medidas específicas para desnacionalizar as médias e grandes empresas de capital nacional, hoje também quase todas em poder de transnacionais, já que foram adquiridas por estas por frações de seu valor real, mesmo sem contar que esse valor seria muito mais elevado se mais de quatro quintos de sua população não vivessem em condições econômicas lamentáveis.

Não duvido de que também haja corrupção entreguista no governo de Lula. Entretanto, o grau de envolvimento deste com esse esquema me parece incomparavelmente menor do que o da gang tucana. Por que? Porque, se Lula não tomou medidas para reverter o processo que já vinha desde Collor, de entregar tudo, e foi intensificado por FHC, pelo menos o desacelerou grandemente.

ML - O Governo Lula estaria assim na sua opinião procurando atender, de forma bonapartista as duas vertentes básicas da economia - a que propõe a privatização e a que propõe a estatização - para assim se perpetuar no Poder? Isso explicaria o apoio de Lula ao MST e ao Chávez?

AB - Não tenho elementos para responder essas perguntas objetivamente. Penso que Lula, que é, sem dúvida, homem esperto, trata de conseguir bases internas de sustentação política e eleitoral. Assim, dá prioridade a programas de distribuição de renda, evita o quanto pode políticas recessivas (embora não interfira na política de juros altos do BACEN, porque sabe que seria derrubado se o fizesse). Em suma, seu objetivo é se manter no poder, enriquecer no processo, o que também ajuda na sustentação política, e vai manobrando entre o que se chamaria a direita e a esquerda.

A realidade é que qualquer presidente no Brasil só chega a isso – e até a candidato – se tiver o beneplácito do sistema de poder da oligarquia financeira anglo-americana. Logo ao ser eleito em 2002, Lula fez duas nomeações de imediato, determinadas por esse sistema: a de Meirelles para o Banco Central e Marina da Silva para o Meio Ambiente.

Mas em muitas áreas, inclusive a de defesa, a do desenvolvimento nuclear, houve apreciável melhora sob Lula. Na área do petróleo, embora timidamente, Lula é muito menos entreguista do que a gang de FHC. Esta, já encarapitada no bonde de Serra, quer atender às transnacionais do petróleo de forma radical.

A política de infraestrutura e o apoio ao agronegócio e aos grandes empreiteiros (esses estão contentes com Lula) pode envolver corrupção, mas é muito menos nociva ao País do que aquela que privilegia exclusivamente empresas de capital estrangeiro e trata de enfraquecer grandes grupos nacionais a se venderem às transnacionais.

ML - A Rede Globo e o Grupo Pão de Açúcar que recorreram ao capital estrangeiro teriam sido também vítimas desta estratégia de desnacionalização ou se enfraqueceram devido à concorrência de outras empresas? Curiosamente a Globo foi se socorrer de capital mexicano. (Ou capital anglo-americano "nacionalizado"?)

AB - A Rede Globo, desde antes de 1964, foi capitalizada pelo poder imperial estrangeiro, podendo-se considerar uma associada tradicional ou, antes, uma subordinada local. Slim, o

magnata mexicano da TV, tem trajetória semelhante à de Roberto Marinho. O Grupo Abílio Diniz faz parte da suboligarquia local que se alia ao capital estrangeiro. O enfraquecimento da posição concorrencial de empresas brasileiras é, na maioria dos casos, consequência da política econômica, da abertura da economia ao capital estrangeiro e das vantagens que este tem sobre as firmas nacionais. É vítima, portanto, da estratégia de desnacionalização: sendo a política econômica a que é, a empresa nacional tende a perder na concorrência. Não porque ela seja necessariamente menos competente, mas porque as transnacionais usam a força decorrente de sua dimensão em numerosos mercados mundiais, seu poder financeiro muito maior, seu acesso a crédito mais barato etc. Mesmo que sejam mais competentes, não há vantagem para o País em abrir o mercado para elas, porque após dominarem o mercado, seus cartéis só tratam de transferir ganhos para o exterior, e, assim, se produzem as crises de contas externas, o endividamento, a intervenção do FMI para priorizar o pagamento, a política de contenção de gastos, que elimina os investimentos produtivos e destina tudo aos pagamentos financeiros. Finalmente, não vejo muito sentido em comparar os patrimônios acumulados no Brasil por corruptos de grande porte. Isso porque, em geral, não contamos com dados sobre o que eles acumularam em contas e em outros ativos no exterior.

ML - A criação das Nações Indígenas é um projeto de FHC? Lula fez alguma coisa para desmontar este projeto? E quanto às nossas riquezas minerais, como o nióbio, Lula tomou alguma providência ou aderiu ao entreguismo de FHC?

AB - Obviamente, FHC é o príncipe dos entreguistas, mas está longe de ser o único deles. As reservas indígenas vêm de bem mais longe, pois há decênios que as ONGs financiadas pela oligarquia mundial operam no Brasil, inserem-se na administração pública, controlam a FUNAI (como a área do meio-ambiente etc.) e executam o plano da oligarquia mundial, liderada no caso pela família real britânica. Sarney, podem dizer que é corrupto, e não sou eu que vou negar, mas política do jeito que ocorre nas pseudodemocracias aceitas como democracias pelo poder mundial, não se faz sem muito dinheiro, e quem não o arranja de algum modo, fica à mercê do poder absoluto das transnacionais e da mídia controlada por estas. Sarney não favoreceu as reservas indígenas, mas elas vêm de há mais tempo, tendo tido grande impulso com a reserva dita ianomâmi sob a impulsão de Jarbas Passarinho (governo Collor). Nesse ponto o PT é alienado e segue praticamente a mesma linha de FHC, de intensificar a expansão dessas zonas, destinadas a reservar os recursos minerais mais valiosos (preciosos e estratégicos) para a oligarquia financeira anglo-americana. Pode ser que ceda por pressão da coroa britânica e de outros donos do poder financeiro mundial, mas o faz.

ML - Depois desta onda avassaladora de corrupção que dominou o Brasil nos últimos 16 anos, o sr. não acha que embora a corrupção seja apenas um sintoma de uma grave enfermidade sistêmica, ela deveria estar na pauta dos principais problemas brasileiros? Ou o sr. propõe que a corrupção só será eliminada (ou reduzida significativamente) depois que for implantado um novo sistema econômico em nosso país?

AB - Realmente a corrupção é sistêmica. Tentar combatê-la apenas no varejo só agrava o problema. Ou seja, por exemplo, quando o sistema condena gente honesta como os Capibaribe, do Amapá, e os deixa como ficha-suja, não só comete grave injustiça, mas favorece os corruptos, inclusive de alto coturno, que servem o sistema de poder, comandado pelas transnacionais. Mesmo, quando o político é corrupto de fato, como Roriz, o próprio Sarney, Maluf, Quércia e muitos outros, ainda assim ele é "n" vezes preferível a indivíduos como Sérgio Cabral, Aécio Neves, Marina da Silva e "n" outros que estão aí com o favorecimento do sistema de poder mundial, praticando a corrupção no varejo e no atacado. Por fim, lembro que a mega corrupção

não é fenômeno típico dos últimos dezesseis anos. Em meu livro *Globalização versus Desenvolvimento*, menciono, entre outras coisas, três lances incríveis de corrupção (só na área do petróleo) havidas no governo do general Geisel, praticadas por e através de Shigeaki Ueki, como presidente da estatal e como ministro das Minas e Energia. Denunciados os esquemas a Geisel por seu secretário particular, o presidente demitiu a este e não a Ueki. Há que recordar também, entre os destaques da mega corrupção mais antiga, os favorecimentos incríveis prestados ao Japão por Eliezer Batista, à frente da Vale Rio Doce e do mesmo ministério das Minas e Energia.

ML - O sr. tem se colocado simultaneamente contra o capitalismo e contra o socialismo marxista que prega a extinção da sociedade dividida em classes sociais. No que a sua proposta voltada para "economia de mercado" se distingue do capitalismo? A economia de mercado não é uma das premissas do capitalismo? O que diferencia a sua economia de mercado da economia capitalista?

AB - A economia de mercado é antítese do capitalismo, na medida em que o defino como o sistema que permite e favorece a concentração econômica, não impondo qualquer limite legal, nem intervenção estatal alguma, voltada para impedir a eliminação da economia de mercado que é uma estrutura de mercado na qual existe concorrência e, portanto, incentivo à criatividade e ao desenvolvimento de tecnologias competitivas. Economia de mercado significa uma economia em que o mercado é uma espécie de arena em que os bens e serviços se impõem por sua qualidade e preço. Capitalismo, ao contrário, é caracterizado pelo predomínio de oligopólios, cartéis e monopólios. Sob o capitalismo, o mercado não decide nada (portanto, não é economia de mercado). Tudo está previamente decidido administrativamente pelas empresas dominantes, que, assim, obtêm lucros abusivos, fazem crescer assim seu poder, cada vez mais absoluto. As decisões administrativas, no caso, são piores ainda do que as de uma economia estatizada, pois certamente terão como único objetivo incrementar sempre mais o poder absoluto dos grupos "privados" dominantes. Com isso, estes, cada vez, mais detêm poder absoluto sobre a política. O sábio Machiavello já ensinava, no final do século XV e início do século XVI, que há duas fontes principais de poder: o ouro e as armas, e um se conquista por meio do outro. Fica claríssimo que concentração de poder econômico implica tirania política. Eis porque falar de democracia, nas ditas democracias ocidentais, não passa de piada de péssimo gosto,

ML - Se a sua "economia de mercado" mantém a propriedade privada dos meios de produção, o que implica a manutenção da relação patrão-empregado, porque não considerá-la como um aprimoramento do capitalismo?

AB - Não vejo nada errado com a relação patrão-empregado. Mesmo numa estatal, os diretores-executivos têm de agir, na prática, como patrões e outros funcionários como empregados. No Japão e alguns outros países (no Brasil também ocorre em alguns casos) estes não deixavam de opinar sobre vários aspectos da produção e suas ideias eram discutidas em prol da empresa. As constituições bem intencionadas (nesse aspecto) costumam incluir a norma da função social da propriedade. Isso significa que deve haver propriedade privada dos meios de produção. Do contrário, o poder fica desequilibrado, sem grupos sociais com capacidade de atuar politicamente sem pertencerem ao aparelho do Estado ou à administração de estatais. Além disso, há que dar espaço à criatividade, ao empreendedorismo, que são coisas muito positivas para economia, mas só florescem dentro de empresas não muito grandes. Não existem nas que controlam mercados a seu bel-prazer, com pouca ou nenhuma concorrência.

Isso quer dizer que o capitalismo valha a pena? Não. De jeito nenhum, pois, um sistema que admite a concentração ilimitada do capital retira totalmente a função social da propriedade, e

faz que o mundo dos negócios se torne o campo das ambições diabólicas, em que os líderes de grupos poderosos se comprazem em acumular poder despótico, gerando depressões, com o empobrecimento da classe média, fazendo e desfazendo governantes, como no cenário mundial atual, em que os grandes banqueiros fizeram lucros gigantescos com falcaturas financeiras e, quando estas deram com os burros n'água, receberam trilhões de dólares de ajuda dos governos dos EUA e dos governos europeus. Isso, enquanto o desemprego, que já não era pequeno, dobrou. Pergunto, isso é economia de mercado? Não isso é a coisa mais absurda que já ocorreu sobre a face da Terra.

Conclusão: não faz sentido essa de a economia de mercado ser aperfeiçoamento do capitalismo. O capitalismo é a degeneração da economia de mercado. Solução relativamente simples: impedir essa degeneração, por meio de leis, desde a Constituição, e por meio de controle social permanente, o qual só pode funcionar, enquanto o poder econômico estiver razoavelmente disseminado e, não como, no capitalismo, cada vez mais concentrado em mãos necessariamente malignas. Ou alguém concebe que se acumulem empresas e patrimônios de trilhões de dólares sem pensar senão em poder, poder e mais poder, sem qualquer respeito ou contemplação com o semelhante?

ML - O governo Lula, ao se distanciar dos EUA e se aproximar de seu clássico rival, a Inglaterra, não revelou assim que fez uma opção definitiva pelo capitalismo, opção essa confirmada pela aceitação e pagamento de nossa dívida externa?

AB - Não sei em que Lula se aproximou da Inglaterra e se afastou dos EUA. Além disso, esses dois não são rivais. Os dois países poderiam até ser, mas as respectivas oligarquias, que vêm mantendo poder absoluto em ambos, são associadas, a ponto de formar um bloco só: a oligarquia financeira anglo-americana.

ML - Com a entrada dos Brics no mercado mundial, o sr. não acha que o poder anglo-americano deixou de ser hegemônico? Os Estados Unidos não são hoje dependentes novo Império Asiático liderados pela China?

AB - Não creio que exista império asiático. É possível que a ascensão da China represente um avanço na direção de um contexto de poder mundial menos desequilibrado. Mas ainda falta muito. Há que ver como a Índia e a Rússia evoluem, pois poderiam formar com a China um bloco capaz de resultar em avanço maior nessa direção. Mas o império ainda detém poder militar incomparavelmente maior que o desses todos reunidos e usa todos os seus recursos, inclusive os de seus serviços secretos, em que também investe pesado, para suscitar divisões, conflitos e guerras que façam manter sua hegemonia.

ML - Quais foram as medidas tomadas pelo Governo Lula que poderiam ser assimiladas pelo seu sistema de economia de mercado?

AB - Intencionalmente, não sei se houve alguma. Mas, quando se fomentam obras de infraestrutura, e se realizam programas de distribuição de renda (embora se devessem criar os que geram trabalho diretamente, e não só indiretamente, como os atuais), se está expandindo o mercado. Mais importante, ainda, dar deliberadamente algum espaço a empresas nacionais em grandes obras, como as das plataformas de petróleo, constitui algo bem positivo, atenuando um pouco os efeitos das criminosas privatizações. Estas, de fato, entre suas perniciosas consequências, fizeram com que as grandes estatais deixassem de alocar obras para empresas nacionais, e de pôr especificações nas concorrências que viabilizassem a presença de pequenas e médias empresas nacionais de boa tecnologia, como ocorria, com as estatais, no setor hidrelétrico, nas telefônicas etc.

A desnacionalização da economia brasileira.

Entrevista especial com Adriano Benayon

Revista IHU On-line - Patricia Fachin – Publicado em 08 de agosto de 2012

“Há uma quantidade de capital brasileiro no exterior muito maior do que o total investido anualmente no país pelo conjunto do capital nacional, inclusive o estatal, e o estrangeiro”, diz o economista.

Confira a entrevista.

O projeto desenvolvimentista em curso no país desde 1954, apoiado no ingresso de capital estrangeiro, intensificado no governo Juscelino e, posteriormente, na ditadura militar, levou a economia brasileira a um processo de desnacionalização. Na avaliação do economista Adriano Benayon, isso é consequência de uma política econômica “contrária aos interesses nacionais”, e que criou “imensos atrativos para o capital estrangeiro, alegando haver necessidade de poupança externa para complementar a nacional”. Segundo ele, a reestruturação do capitalismo brasileiro beneficia as empresas transnacionais, que “gozam do privilégio de ter custo de capital e de tecnologia praticamente zero no Brasil”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line, Benayon enfatiza que a desnacionalização em curso nos últimos 60 anos levou à desindustrialização, e tem tornado a indústria “menos competitiva internacionalmente”. Na avaliação dele, se um país deseja ser competitivo e alcançar o progresso, “não deve de modo algum favorecer, em desfavor das locais, empresas de porte muitíssimo maior que essas e experientes tecnologicamente, através da produção e das vendas em mercados de alta renda e grande dimensão”. E reitera: “Só com firmas nacionais competindo no mercado é viável a acumulação de capital e de tecnologia no país”. Crítico do ingresso de capitais estrangeiros na economia nacional, o economista esclarece que “eles sempre foram desnecessários e continuam sendo. Além disso, são contraproducentes, porque acabam retirando muito mais capital do país do que o que fazem ingressar nele”.

Adriano Benayon é formado em Direito, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, na Alemanha. Foi professor da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. É autor de Globalização versus Desenvolvimento (São Paulo: Ed. Escrituras, 2005).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Percebe uma reestruturação do capital brasileiro e internacional? Quais são as razões?

Adriano Benayon – Certamente. Quanto ao Brasil, os capitais de maior vulto têm tido pouco espaço no país, dado que os setores da economia produtiva têm sido ocupados por transnacionais estrangeiras, favorecidas pela política econômica por subsídios de várias ordens, desde setembro de 1954, logo após o golpe de Estado que derrubou o presidente Getúlio Vargas.

Com isso, hoje o principal do grande capital brasileiro está nos bancos e nas empreiteiras, as quais trabalham também no exterior. Mesmo nos bancos há presença significativa do capital estrangeiro, desde o governo Fernando Henrique Cardoso – FHC. O propósito deste, a serviço de interesses externos, foi apagar o que restava da Era Vargas. Assim, um dos cinco maiores bancos em atividade no Brasil é o Santander, vinculado ao grupo Alpha, da Inglaterra, através do Royal Bank of Scotland. Esse banco abocanhou o Banespa, o maior banco estadual do mundo, por cifra ridiculamente baixa em relação aos ativos do banco, e livre de passivos, pois a União,

através do PROES, os sanou antes da privatização. E há outros bancos estrangeiros importantes, como o HSBC.

Capital externo

O expressivo montante dos ativos de brasileiros em refúgios fiscais no exterior (offshore tax-havens), de 562 bilhões de dólares, é indicativo da peculiar condição de um país onde nunca faltaram capitais, mas cuja política econômica – de forma contrária aos interesses nacionais – criou imensos atrativos para o capital estrangeiro, alegando haver necessidade de poupança externa para complementar a nacional. Ao contrário do que ocorre aqui com as transnacionais, o grosso dos capitais brasileiros no exterior não controla atividades produtivas.

Quanto ao capital internacional também caberia melhor o termo “deseestruturação” do que reestruturação, porque a principal mudança foi, desde, pelo menos, 1980, a hipertrofia do capital financeiro e a perda de importância relativa do capital aplicado na produção real. Isso resultou da concentração. Esta leva a que as oportunidades de investimento na produção se tornem cada vez menores em relação à acumulação de capital resultante dos lucros oligopolistas.

Concentração de capital

A concentração do capital faz também com que cresça a concentração de renda. E foi a queda relativa do poder aquisitivo de 80% a 90% da população que fez minguar o investimento do capital na produção, já que só se investe se se prevê demanda. Isso tudo levou à extrema financeirização do capital, e essa é a principal mudança estrutural em âmbito mundial, à exceção de poucos, como a China.

A financeirização, por sua vez, levou ao primeiro surto do colapso financeiro, em 2007, e à depressão econômica nos EUA, Europa e Japão, entre outros. A concentração é a tendência normal na economia capitalista. Para atenuá-la, teriam de ter sido adotadas políticas públicas em favor da desconcentração. Entretanto, nos EUA, desde o início dos anos 1980, e especialmente dos anos 1990, não só não se fez qualquer coisa para deter a concentração como também foram revogadas as principais leis que regulavam os mercados financeiros.

Assim, juntou-se a avalanche de ganhos oligopolistas do grande capital, causadora de grande oferta de capitais, com a desregulamentação do setor financeiro, em que predominam operações alavancadas, i.e., realizadas sem estarem cobertas senão por uma pequena fração de seu valor. Tudo isso contribuiu para que, em 2007, os derivativos não contabilizados nos balanços dos bancos ultrapassassem a inacreditável soma de 600 trilhões de dólares.

Como novos derivativos têm sido criados, essa soma não foi significativamente reduzida com a liquidação forçada de talvez US\$ 40 bilhões desses ativos, em todo o mundo, às custas dos contribuintes, mediante a intervenção dos bancos centrais e governos, na realidade governados pelos grandes bancos. Grande parte dos títulos podres foi vendida por seu valor nominal (quando não valem nem 15% deste), em incríveis negociações. Em suma, o colapso financeiro mundial não mostra sinais de estar sendo debelado.

IHU On-Line – Desde que momento está ocorrendo o processo de desnacionalização da economia brasileira? Ela é uma tendência internacional ou acontece apenas em alguns países?

Adriano Benayon – Desde 1954. A globalização, que se estendeu muito desde o final da segunda guerra mundial, envolveu, em escala crescente, a aquisição de empresas em países que não os da transnacional adquirente, além dos investimentos diretos estrangeiros. A globalização aconteceu na maioria dos países com intensidades diferentes. Ela afeta de modo mais grave os países que não se haviam desenvolvido, nos quais ela asfixia o capital local e intensifica a concentração. Essas duas coisas tornam impossível o desenvolvimento econômico e social.

Implicações nos países não desenvolvidos

Mas os países não desenvolvidos reagiram de forma diversa à globalização: Coreia do Sul e Taiwan tinham de manter o comércio exterior aberto, mas evitaram, tanto quanto puderam, os investimentos diretos estrangeiros e conseguiram que as transnacionais não dominassem suas economias. O Brasil inicialmente manteve muitas barreiras ao comércio, mas onde deveria ter-

se defendido não o fez. Não só se abriu aos investimentos diretos estrangeiros como lhes deu benefícios enormes. Então, a indústria da Coreia do Sul e a de Taiwan, mesmo partindo de base muito baixa em 1960, e sendo esses países carentes de recursos naturais, eles superaram hoje em muito, qualitativamente, a indústria do Brasil e a da Argentina.

Eu explico em meu livro “Globalização versus Desenvolvimento” que o Estado na Coreia do Sul e em Taiwan, repetindo o Japão e o que fizeram todos os países que se desenvolveram, apoiou as empresas nacionais de todos os modos. No Brasil, as nacionais foram grandemente prejudicadas pela política econômica que, ao mesmo tempo, favoreceu as transnacionais.

Ora, isso contraria toda lógica: pois, se você quer competição e progresso, você não deve de modo algum favorecer, em desfavor das locais, empresas de porte muitíssimo maior e experientes tecnologicamente, através da produção e das vendas em mercados de alta renda e grande dimensão. Só com firmas nacionais competindo no mercado é viável a acumulação de capital e de tecnologia no país.

O resultado da política de “atração aos investimentos estrangeiros” é lastimável e está à vista de todos não só nas degradadas periferias das grandes cidades, mas também dentro delas. Esse resultado demonstra bem, mais de cinquenta anos depois, a falsidade do desenvolvimento sob Juscelino Kubitschek, e, cerca de 40 anos depois, a dos supostos milagres econômicos de alguns dos governos militares.

IHU On-Line – Quais são os setores econômicos nacionais mais atrativos para o capital internacional?

Adriano Benayon – Na realidade, todos, pois a coisa começou na indústria, depois estendeu-se aos serviços, como se vê hoje, na hotelaria, no turismo etc. e no agronegócio. Um dos mais rendosos é certamente o dos bancos.

IHU On-Line – Quais os riscos e implicações desse processo para o desenvolvimento da nação, e fortalecimento da economia? Quais são os setores econômicos brasileiros mais prejudicados por causa dessa política de investir em transnacionais?

Adriano Benayon – Os riscos são a iminente crise no Brasil, com a bolha de crédito já desenhada e demais gargalos decorrentes da infraestrutura econômica e social (saneamento, saúde, educação). Eu diria que danos imensos já ocorreram em grande escala. Diria também que o risco é de esses danos continuarem aumentando.

Na direção em que se está indo, o risco não é apenas o apontado pelo professor José Luís Oreiro, de o subdesenvolvimento tornar-se eterno em nosso país. É o risco de este ser desagregado, deixando de existir como país.

IHU On-Line – Pode-se dizer que a desnacionalização tem contribuído para acentuar o processo de desindustrialização?

Adriano Benayon – Sem a menor dúvida. A desnacionalização levou à industrialização, e o setor industrial, cuja participação no PIB já andou aí pelos 35%, caiu para 15%. Essa é a queda quantitativa expressada nessa proporção.

Ela decorre de a indústria ter-se tornado menos competitiva internacionalmente, o que é facilitado pela política econômica, que abriu o mercado na indústria e isentou de impostos a exportação de produtos primários (Lei Kandir/Collor). Sem falar na taxa de câmbio, que se valorizou por causa da entrada de capital do exterior na compra de títulos públicos. Portanto, a dívida, consequência do modelo dependente, também contribui muito para a desindustrialização.

Também qualitativamente a queda é abissal, pois, com maior intensidade nos últimos 30 anos, produções da indústria e dos serviços de maior valor agregado e conteúdo tecnológico têm saído do Brasil, sendo agora realizadas no exterior.

Além disso tudo, a indústria se tornou menos competitiva em razão do que expus no recente artigo “O custo da desnacionalização”: em suma, os altos custos de produção, apesar do baixo

custo real de produção. Como assim? Respondo: as transnacionais gozam do privilégio de ter custo de capital e de tecnologia praticamente zero no Brasil. Entretanto, em sua contabilidade superfaturam as importações de produtos finais e de insumos (o que cresceu com a abertura comercial) e subfaturam exportações. Ademais, pagam às matrizes por transferência – inexistente – de tecnologia e por outros supostos serviços. Daí preços altos, em contraste com custos baixos.

Também mostrei que a descapitalização do país, resultante do modelo, leva a baixo investimento público na infraestrutura econômica e na social, ademais de os investimentos serem mal direcionados, pois os governos têm preferido atender aos interesses dos fornecedores (muitos transnacionais) dos bens e serviços a cuidar dos interesses nacionais.

IHU On-Line – Por quais razões os grupos econômicos se tornaram mais robustos e sólidos do que o Estado? A globalização econômica, por si só, explica essa mudança? E por que os Estados incentivam a solidificação desses grupos transnacionais, especialmente o Estado brasileiro?

Adriano Benayon – Essas tendências existem há muitos séculos. A globalização, como a maioria das políticas, foi promovida sob a influência, para não dizer a comando, dos grupos econômicos sobre os governos. Isso no caso do Brasil foi muito extenso e profundo. Como disse no artigo citado, aí reside a maior – e menos conhecida – corrupção.

IHU On-Line – Diante da globalização econômica e da atuação internacional das empresas, qual a possibilidade de os países fazerem escolhas no sentido de fortalecer a economia nacional e diminuir a intervenção internacional? Quais os limites nesse sentido?

Adriano Benayon – Precisam de uma tomada de consciência, que vá incluindo mais pessoas, e pessoas determinadas a mudar o presente estado de coisas. A vontade humana, bem inspirada, pode levar a êxitos inacreditáveis. Os limites são os atuais sistemas políticos nas “democracias” de modelo ocidental, em que a pluralidade de partidos, eleições periódicas etc. passam por democracia, mas não o são. Está tudo manipulado através da massa de dinheiro nas eleições e do controle absoluto da grande mídia por parte dos concentradores.

IHU On-Line – Recentemente circulou na imprensa a informação de que 60% dos recursos do BNDES são destinados ao investimento das grandes empresas. O banco tem contribuído para esse processo de desnacionalização?

Adriano Benayon – Certamente.

IHU On-Line – Em artigo recente o senhor menciona que os investimentos diretos estrangeiros registrados no Brasil de 1947 a 2008 totalizaram mais de 222 bilhões de dólares, mas as rendas remetidas do Brasil para o exterior, entre 1995 e 2008, somam mais de 292 bilhões. O que estes dados sinalizam?

Adriano Benayon – Eles ilustram o resultado da estrutura econômica e social determinada pela desnacionalização. E essa é apenas uma das ilustrações de que o Brasil está manietado em seu desenvolvimento.

IHU On-Line – Diante de tantas fusões, é possível saber se ainda há bastante capital nacional no Brasil? Há mais capital “nacional” no exterior?

Adriano Benayon – Talvez o que há seja suficiente para multiplicar por dez o volume dos produtivos no país, hoje em nível baixíssimo, por ter sido o Brasil coagido a adotar o modelo dependente. Como mencionei, há uma quantidade de capital brasileiro no exterior muito maior do que o total investido anualmente no país pelo conjunto do capital nacional, inclusive o estatal, e o estrangeiro.

IHU On-Line – Por que o senhor não é favorável ao ingresso de capitais no país?

Adriano Benayon – Em primeiro lugar, eles sempre foram desnecessários e continuam sendo. Além disso, são contraproducentes, porque acabam retirando muito mais capital do país do que o que fazem ingressar nele. Se tivéssemos estrutura política como a da China, poderíamos receber capitais estrangeiros com vantagem para o país. Mas aqui é diferente: o sistema político, aberto à influência do dinheiro concentrado nas eleições, inviabiliza políticas favoráveis à sociedade.

Note-se que, quando as eleições puseram Vargas no governo, mesmo contra a grande mídia, inteira, que o denegria, o capital estrangeiro ainda não se tinha apropriado do grosso da economia. Além disso, havia mais trabalhadores assalariados em relação à população total. Getúlio venceu em São Paulo, onde estava o grosso da indústria, por maioria superior às vitórias tidas nos demais Estados. E em São Paulo estava o principal foco da oposição a ele, em classes mais abastadas.

Quando da “redemocratização” com a Constituição de 1988, o sistema de poder já se podia arriscar de novo ao processo das eleições pluripartidárias. Antes, não. Vargas vencera em 1950, e então houve intervenção através do golpe de Estado de 1954, dirigido, como o de 1964, pela oligarquia anglo-americana, cujos serviços secretos trabalharam, durante anos, para esses eventos.

IHU On-Line – Quais os desafios da economia brasileira diante da conjuntura atual, de crise internacional e do processo de desnacionalização? É possível reverter esse quadro?

Adriano Benayon – Sugeri algo nesse sentido, em resposta anterior. É possível reverter o quadro, desde que nos livremos das ilusões inculcadas nas mentes dos brasileiros ao longo de dezenas de anos.

IHU On-Line – Como o governo Dilma tem se posicionado diante desta desnacionalização?

Adriano Benayon – Parece não morrer de amores por ela, e tenta atenuar alguns de seus efeitos. Mas, no essencial, acomoda-se a ela.

IHU On-Line – Muitos economistas consideram o governo Dilma, do mesmo modo que o ex-governo Lula, neodesenvolvimentista. O senhor concorda? Que modelo de desenvolvimento o Estado projeta para o país?

Adriano Benayon – A meu ver, esses economistas não têm ideia clara do que seja desenvolvimento e julgam ter sido o governo de JK gerador de desenvolvimento. JK dizia-se desenvolvimentista. Pela mesma razão, esses economistas consideram que Dilma tenta se aproximar de algo parecido com as políticas de JK.

A semelhança é que JK manteve e ampliou os subsídios para as transnacionais estrangeiras ocuparem o mercado brasileiro e que Lula/Dilma manteve os desastres institucionais implantados por Collor e principalmente por FHC, como as privatizações, as concessões, as agências reguladoras, que servem às prestadoras dos serviços públicos privatizados, e não aos consumidores.

Lula, tal como FHC, pressionou o Congresso para aprovar emendas constitucionais das reformas tributária e previdenciária, a Desvinculação das Receitas Tributárias – DRU. Manteve também a Lei de “Responsabilidade Fiscal” e tudo mais que o sistema de poder mundial mandou instituir, na era de FHC, em favor dos banqueiros beneficiários dos absurdos juros da dívida pública, inviabilizando adicionalmente a capacidade de as empresas nacionais competirem nos mercados.

Lula e Dilma

Lula e Dilma não seriam tão monoliticamente defensores do capital estrangeiro, nem decididos anuladores das possibilidades de sobrevivência das empresas de capital nacional quanto o foi o “governo” de FHC. Mas principalmente Lula cedeu às pressões com facilidade.

Dilma tenta elevar o baixíssimo quantum dos investimentos públicos, que prevalece desde o início da década perdida, dos anos 1980. Na realidade, a dos anos 1990 foi mais desastrosa,

devido às privatizações e demais transformações institucionais voltadas para sufocar em definitivo o desenvolvimento do país. Mas Dilma não tem conseguido êxito. O absurdo serviço da dívida pública, a qual nunca foi auditada, consome dinheiro demais, e a redução da taxa Selic ainda não afetou significativamente essas despesas que aleijam a capacidade de o governo investir.

O programa de investimentos públicos federais depende das parcerias público-privadas, um modelo incompatível com a política de um Estado capaz de comandar e orientar o processo de desenvolvimento.

Os Estados estão manietados inclusive pelo serviço de suas dívidas para com a União. As estatais – que hoje são poucas – e com a Petrobrás prejudicada desde a era FHC e sem reversão tampouco disso – pouco investem em montante e em qualidade suficientes para impulsionar um desenvolvimento real. Este, de resto, depende também do setor privado, e o modelo dos últimos quase 60 anos o foi eliminando em favor das transnacionais.

O aumento da desnacionalização da indústria brasileira

Publicado em 05 de maio de 2013

Por Marco Antonio L.

Do Clube de Engenharia

A crescente desnacionalização da indústria no Brasil

Em entrevista ao Clube de Engenharia, Adriano Benayon fala sobre a crescente desnacionalização da indústria brasileira.

O Portal da Engenharia publica, a seguir, entrevista exclusiva com o economista e diplomata Adriano Benayon, autor de Globalização versus Desenvolvimento, 2ª edição, da Editora Escrituras/SP. Benayon é consultor em finanças e em biomassa, Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, bacharel em Direito, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, diplomata de carreira, com postos na Holanda, Paraguai, Bulgária, Alemanha, Estados Unidos e México, e delegado do Brasil em reuniões multilaterais nas áreas econômica tecnológica. Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na área de economia, professor da Universidade de Brasília (Empresas Multinacionais; Sistema Financeiro Internacional; Estado e Desenvolvimento no Brasil), Adriano Benayon tem muito a acrescentar ao movimento nacional que o Clube de Engenharia fez avançar ao lançar, em 2011, o manifesto em defesa da engenharia e da empresa brasileira de capital nacional.

Clube de Engenharia – Qual processo socioeconômico nos trouxe até o atual quadro de alarmante desnacionalização? Em que diferimos do resto do mundo? Quais especificidades fazem o país ser vítima desse processo?

Adriano Benayon – Antes de resumir o processo de desnacionalização, falemos da anterior construção da indústria nacional.

Até a derrubada de Getúlio Vargas, em 1954, através de um golpe militar orientado pelos serviços secretos das potências hegemônicas (EUA e Reino Unido), o Brasil vinha formando, desde os primeiros decênios do século XX, expressiva industrialização, principalmente no Estado de São Paulo, com empresários nacionais, boa parte deles imigrantes e seus descendentes. Foi a fase em que a substituição de importações foi feita principalmente por empresas de capital nacional.

Para isso houve uma combinação favorável de fatores: a) dificuldades na exportação do café, devidas à depressão mundial dos anos 30, com desvalorização de nossa moeda; b) os fabulosos recursos naturais do País, inclusive a excelente dotação de terras férteis, suscitando interação entre a demanda do campo e a dos centros urbanos com as novas indústrias, não limitada aos

bens de consumo; c) a 2ª Guerra Mundial, quando exportações foram reativadas, mas houve menos oferta de produtos estrangeiros; d) o crescimento natural da população, incrementado pela entrada de mais imigrantes, em número mais baixo que o anterior à 1ª Guerra Mundial, mas, com gente, na média, melhor qualificada, ao aproximar-se a 2ª Guerra e durante ela; e) a criação, por Vargas, de serviços e empresas estatais de grande porte em áreas estratégicas, o controle do subsolo, os institutos de previdência etc.

O potencial do País e sua promissora industrialização não eram do agrado das potências anglo-americanas, as quais, mal terminada a 2ª Guerra Mundial, promoveram a primeira derrubada de Vargas, em 29.10.1945, embora este já estivesse por sair, não sendo candidato às eleições de 03.12.1945. Eleito o Mal. Dutra, apenas pelo apoio de Vargas, que, assim derrotou o Brig. Eduardo Gomes, candidato de seus opositores, Dutra, ex-simpatizante dos regimes fascistas, aderiu aos desígnios do império anglo-americano, que usava o anticomunismo como instrumento para mais facilmente dominar o País.

Ainda assim, a industrialização nacional, embora prejudicada, de 1946 a 1949, não foi de todo interrompida, uma vez que, em menos de um ano, a abertura comercial desbragada levou a enorme desequilíbrio nas contas externas, fazendo que a própria taxa de câmbio se encarregasse de propiciar alguma proteção à indústria local.

Getúlio Vargas, em 1951, retorna à presidência, eleito pelo voto direto do povo, retoma e amplia medidas tomadas antes de 1945. Vem a criação da Petrobrás (no período anterior fora a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores), o projeto de fundação da Eletrobrás, o BNDES e um sem número de políticas pró-desenvolvimento preparadas por sua assessoria financeira, sob a direção de Rômulo de Almeida.

Estava, portanto, bem encaminhada a plena e verdadeira industrialização do País, pois somente com predominância de capital nacional e desenvolvimento de tecnologia dentro das empresas nacionais é viável que ela dure e se desenvolva.

Passo à desnacionalização. Ela começa com o que muitos pensam erroneamente ser a intensificação da industrialização, notadamente no quinquênio de JK (1956-1960) e nos mandatos de Médici e Geisel (os falsos milagres econômicos). Porém, isso foi uma industrialização inconveniente, porque dependente do exterior, financeira e tecnologicamente. Na realidade, ela conduziu o País para a desindustrialização, evidente desde os anos 90.

Desde agosto de 1954, após a derrubada de Vargas, a desnacionalização foi promovida por governos egressos de golpes militares sob direção estrangeira, ou de eleições comandadas pela pecúnia, no quadro de instituições políticas adrede constituídas.

Ela se deu por meio de cooptação e de corrupção e também por efeito da dependência cultural, formada pela mídia e por universidades. Foi reforçada pelo deslumbramento diante dos requintes da “civilização” dos países imperiais e da difusão das realizações destes, sem se cogitar que muito dessas “maravilhas” resultou do saqueio das periferias.

O governo militar-udenista, de 1954/1955, instituiu vantagens absurdas em favor do capital estrangeiro, inauguradas com a Instrução 113 de 17.01.1955, da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito).

Essa Instrução propiciou às multinacionais importar máquinas e equipamentos usados, sem cobertura cambial, registrando o valor a eles atribuído pela multinacional, como investimento estrangeiro direto, em moeda.

Desse modo, os bens de capital entraram, no Brasil, mais que amortizados com as vendas em vários mercados, de dimensões, cada um dos quais, dezenas de vezes maior que o brasileiro.

Em consequência, as promissoras indústrias de capital nacional, formadas na 1ª metade do Século XX, foram sendo dizimadas, impossível que era concorrer com grandes empresas transnacionais, ainda por cima, operando no Brasil com capital e tecnologia a custo zero.

Assim, a Volkswagen apossou-se de mais de 50% do mercado de automóveis, com o Fusca, de tecnologia desenvolvida nos anos 30, produzido para o mercado europeu, vinte anos antes de o ser no Brasil. Ora, a amortização dos equipamentos ocorre em cerca de cinco anos.

Tal é a desinformação reinante no País, que a maioria dos brasileiros associa JK ao desenvolvimento. Ele se proclamava desenvolvimentista, mandava tocar obras, mas não entendeu ou não quis entender como se chega ao desenvolvimento.

JK não só manteve, mas ampliou os subsídios e facilidades para os investimentos diretos estrangeiros (IEDs). Eleito, antes de tomar posse, visitou diversos países em missão para atrair esses “investimentos”.

Assim, o País posto nos trilhos do modelo dependente, continuado sob os governos militares, e acentuado pelo filo-norte-americano Castello Branco (1964-1966), ao dar a Roberto Campos a posição de czar da economia. Esse fez devastar grande número de empresas de capital nacional, restringindo gastos e investimentos públicos, limitando e encarecendo o crédito, para inviabilizar as indústrias e as outras empresas nacionais.

A implantação da Fiat, nos anos 70, com recursos do governo de Minas e incentivos federais, é um dos exemplos escandalosos do modelo de dependência tecnológica, financeira e cultural prevalecente no Brasil. A “proeza” está sendo repetida, pois mais de 70% da nova fábrica da Fiat em Pernambuco é montada com dinheiro público. Como essa, n outras montadoras transnacionais têm sido implantadas em outros Estados com subsídios, incentivos e doações inimagináveis. O mesmo ocorre em outros setores.

Tem havido devastadora guerra fiscal para atrair investimentos estrangeiros, na qual governadores e prefeitos oferecem a empresas transnacionais estrangeiras vantagens cada vez mais desmedidas, às custas dos contribuintes e da economia brasileira, as quais se somam aos subsídios fiscais federais e a financiamento subsidiado por bancos estatais, como o BNDES.

Aí está a origem da desnacionalização, a qual resultou na desindustrialização e, em suma, no subdesenvolvimento. Essa é a confrangedora situação atual do País, sem indústrias próprias, sem tecnologia, nem marcas próprias, apanhando de dez a zero de países pequenos e antes paupérrimos, como a Coreia do Sul e Taiwan, sem falar na potência mundial em que se transformou a China.

Clube de Engenharia – Em que diferimos do resto do mundo? Quais as especificidades e as diferenças em relação a outros países.

Adriano Benayon – Elas ficam claras, comparando o que resumi da história econômica do Brasil, com o que aqueles países fizeram. Vamos situar isso no contexto histórico e político. Coreia do Sul e Taiwan estavam na linha de frente da guerra fria, que já havia estado mais que quente. Seus regimes eram fechados e militaristas, mas isso lhes possibilitou adotar as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento.

Quais? Fomentar empresas nacionais, suscitar a formação de grandes empresas e conglomerados de capital nacional, apoiados por estatais na infraestrutura e por bancos estatais. No Brasil, ao contrário, as empresas transnacionais foram as favorecidas pela política econômica e são escandalosamente subsidiadas até hoje.

A China, saqueada e ocupada militarmente, desde 1840, com a criminoso guerra do ópio, movida pelo império britânico, envolvida em guerras civis, instaurou, com a vitória da revolução em 1949, um regime comunista, com a economia quase totalmente estatizada, e restante vinculado ao poder público.

Construiu, durante o período maoísta (1949-1976) importantes infraestrutura e indústria e tornou-se potência militar e nuclear. Quando Deng modificou o curso e admitiu as transnacionais nas zonas costeiras e voltadas para a exportação, suscitou, ao mesmo tempo, a formação de poderosas empresas privadas de capital nacional.

Além disso, a China é praticamente o único país do mundo que consegue levar vantagem com as transnacionais, aproveitando capital e principalmente tecnologia, que absorve. Isso porque seu regime político não decorre de eleições dependentes de dinheiro para as campanhas

Foi consequência do nacionalismo, decorrente da dura experiência de agressões imperiais sofridas e da herança maoísta, associado à cultura milenar taoísta e confucionista, em que o mérito é completamente valorizado na ascensão dos quadros econômicos e políticos.

Desse modo, as transnacionais só foram admitidas sob condições estritas e, em função do regime político, insuscetíveis de serem contornadas. Entre elas, diretores chineses em paridade numérica e salarial com os enviados pela matriz da transnacional, e transferência de tecnologia (expressão no Brasil, esvaziada de sentido).

Coreia e Taiwan copiaram o modelo japonês, inclusive opondo intermináveis dificuldades burocráticas para limitar a presença das transnacionais em seu setor produtivo. Obtiveram tecnologia estrangeira, capacitando seus nacionais a absorvê-la, o que só pode ser feito em empresas de capital nacional. Impossível nas subsidiárias das transnacionais.

Que fizeram para isso? Contratos de transferência de tecnologia, principalmente com empresas europeias, pagando-lhes percentual sobre as vendas da produção local. Não cometeram, como o Brasil, o suicídio econômico de entregar o mercado interno (de resto muito mais promissor que o daqueles países) às transnacionais, através dos investimentos diretos estrangeiros.

Ainda mais incrível que entregar o mercado (o trunfo para realizar contratos de transferência de tecnologia), foi subsidiar – e como! – a entrada desses “investimentos”, dos quais o Brasil não tinha a menor necessidade.

Primeiro, as transnacionais usaram quase que só capital local, inclusive lucros de operações comerciais anteriores, e principalmente os subsídios governamentais. Segundo, havia no País capital mais que suficiente (além disso, ele pode ser criado por emissões do Tesouro e pelo sistema bancário). Comparem-se os recursos do Brasil em 1955 com os dos então miseráveis asiáticos.

Os investimentos diretos estrangeiros (IEDs) são considerados remédio para “equilibrar” o Balanço de Pagamentos – BP, mas agravam enormemente a doença: o desequilíbrio do BP, decorrente dos próprios IEDs. Como? Devido às transferências de seus lucros oficiais ao exterior e ainda mais dos disfarçados, remetidos através de outras contas, com superfaturamento de importações e subfaturamento de exportações, pagamentos por serviços superfaturados e até fictícios (juros, comissões, assistência técnica, uso de marcas etc.)

Os déficits nas transações correntes (TCs) com o exterior vêm-se avolumando. Somaram US\$ 204,1 bilhões de 2008 a 2012 (US\$ 54,2 bilhões só em 2012). Eles estão em aceleração: US\$ 18 bilhões, ou seja, 83% a mais que no mesmo período de 2012.

Num círculo vicioso, os déficits nas TCs, por sua vez, fazem acelerar ainda mais a desnacionalização, a qual, de novo, produz déficits nas TCs, e estas levam a mais endividamento. Desde os anos 90 – com Collor e FHC – a desnacionalização cresceu ainda mais através das privatizações, em que a União, em vez de receber, gastou centenas de bilhões de reais para entregar estatais de grande porte.

Clube de Engenharia – Em 2012, 296 empresas nacionais foram compradas por grupos estrangeiros. Em 2011, foram 208 e, em 2010, 175 empresas. Ou seja, os números têm crescido e estamos batendo o nosso próprio recorde anualmente. Como frear esse processo? O senhor vê no governo a vontade política necessária para estancar o problema? O que podemos esperar, nos próximos anos?

Adriano Benayon – Mais do mesmo, enquanto não se mudar o sistema político atual. Por que? O grande drama é que a desnacionalização gera no sistema político outro círculo vicioso, não menos sério que o causado na economia. Em outras palavras, controlando o grosso e o que há de mais poderoso na estrutura econômica e financeira do País, as transnacionais fazem prevalecer seus interesses na formulação das políticas governamentais, nas leis etc.

Isso porque, no modelo político de molde ocidental, a pluralidade de partidos e as eleições periódicas não significam democracia, uma vez que a grande maioria dos eleitos depende de volumosos recursos financeiros e de acesso à grande mídia, especialmente à TV. Ora, a grande imprensa e outras fontes de formação de opinião estão, secularmente, a serviço de interesses que não são os nacionais.

Quanto ao número de empresas brasileiras desnacionalizadas, foram 1.296, de 2004 a 2011, período em que as remessas oficiais de lucros ao exterior montaram a US\$ 405 bilhões. Ora, as

remessas de lucros disfarçados em outras contas foram um múltiplo disso. Adicionando as 296 de 2012, o total, desde 2004, vai para 1.586.

É bom ter presente que a aquisição de empresas de capital nacional (desnacionalização em sentido restrito) é só uma parte dos “investimentos estrangeiros diretos (IEDs). A desnacionalização, em sentido lato, inclui também a criação de novas subsidiárias e a capitalização adicional nas já estabelecidas. Tudo isso implica controle da economia brasileira por empresas estrangeiras.

Clube de Engenharia – O Clube de Engenharia publicou, em 2011, manifesto pela defesa das empresas genuinamente nacionais. De acordo com o documento, seria necessária a restituição das proteções constitucionais à produção nacional, tendo como foco prioritário imediato três áreas, por serem consideradas estratégicas para o país: as indústrias de petróleo o gás, energia e defesa. Restituir as proteções legais e a diferenciação entre empresas brasileiras de capital nacional seria suficiente para reverter o quadro atual? Sob o ponto de vista da crescente desnacionalização, como estão essas três áreas estratégicas hoje no Brasil?

Adriano Benayon – Certamente é importante a iniciativa do Clube de Engenharia, que, desse modo, dá um passo na direção que o Brasil precisa tomar.

A meu ver, é importante, mas não suficiente, uma Emenda à Constituição para restituir-lhe o capítulo da Ordem Econômica, inclusive com a distinção entre empresa de capital nacional e de capital estrangeiro, que foi extirpado do texto votado em 1988, por iniciativa do governo de FHC, executante do Consenso de Washington.

É fundamental estabelecer a reserva de mercado para empresas de capital nacional em áreas estratégicas, como as três sugeridas pelo Clube de Engenharia.

Não menos prioritário para todos os setores produtivos e financeiros, são regras, para serem cumpridas – e não regras desdentadas – que estabeleçam firmemente a concorrência. Para que haja elevação da renda, da qualidade da produção e desenvolvimento tecnológico, é indispensável acabar com o império sobre o mercado detido pelos oligopólios, principalmente liderados por transnacionais, muitos dos quais operam como carteis.

Como realizar isso? Assegurar as reservas de mercado para empresas nacionais, financiando-as a longo prazo e a juros favorecidos, ajudando-as a investir na capacitação de seus engenheiros e técnicos para absorver e desenvolver tecnologias, praticando inclusive tecnologia reversa e fazendo contratos de transferência de tecnologia, sob adequada supervisão de órgãos estatais, como o INPI (que nunca foi dotado para exercer as funções que devia desempenhar).

A propósito, é urgente para o Brasil revogar a Lei de Propriedade Industrial, adotada em conformidade com os acordos nessa área, firmados na OMC, e rever esses acordos, denunciando-os se necessário. Além da desnacionalização das empresas, os governos, principalmente a partir de Collor desnacionalizaram o próprio Estado brasileiro. Se os brasileiros, engenheiros ou não, querem ser alguma coisa na vida, esse estado de coisas tem de acabar.

Em suma, só haverá desenvolvimento econômico e social, e bons empregos para engenheiros e para outros brasileiros, se a produção, em todos os setores, for realizada por empresas nacionais em regime de concorrência.

Se não, continuaremos com os sobrepreços, como os que praticam as transnacionais, a ponto de, como é sabido, por exemplo, os carros custarem aqui mais que o dobro do que na média dos outros países, não obstante os subsídios, isenções fiscais, financiamentos generosos, terrenos dados, obras de infraestrutura e outras vantagens que as montadoras estrangeiras recebem de graça.

Qual é, pois, a função dos oligopólios? Produzir a custos baixos e subsidiados, vender a preços altos, administrados por eles mesmos, e mandar os ganhos para o exterior de várias maneiras. Exemplifiquei com os carros, mas vale para todos os setores de produção.

Lógico que as empresas nacionais que surgirem ou se reconstituírem graças à nova política deverão ser fiscalizadas no cumprimento das normas de concorrência e impedidas de serem

vendidas a empresas estrangeiras e mesmo a concorrentes nacionais, salvo se isso não implicar a formação de oligopólio.

Clube de Engenharia – Que áreas podemos apontar como exemplos perfeitos do processo de acelerada desnacionalização no país? Quais são os casos mais emblemáticos?

Adriano Benayon – Já mencionei o caso notório do setor automotivo. Mas os abusos em outros bens de consumo durável e até em bens de produção são muito frequentes, tanto nos de origem mineral como agrícola. O absurdo estende-se aos transportes, em que o aeronáutico constitui um escândalo e uma vergonha.

Ainda mais no País que, além de ter a EMBRAER – também desnacionalizada, no mínimo, em parte – é o do inventor do avião, o país que já teve companhias aéreas gigantes, presentes em todo o mundo, e está agora à mercê de um cartel de empresas estrangeiras de terceira categoria, até mesmo para os voos internos.

Que falar de outra vergonha, a dos transportes marítimos? E do caso de enormes estatais, como a Vale Rio Doce, que não se sabe quem controla, embora fundos previdenciários brasileiros tenham bancado a maior parte do valor pífio da privatização de um patrimônio absolutamente incalculável, estratégica e economicamente?

O Brasil não controla sequer sua infraestrutura, como a da hidroeletricidade, privatizada, em grande parte, para empresas estrangeiras e regulado de forma desastrosa, no esquema das Agências (mesmo caso da do petróleo e combustíveis, a ANP), criadas para ajudar os concessionários que deveriam ser regulados, e não, os consumidores e a economia do País. Ainda na energia, o setor sucro-alcooleiro está tendo acelerado processo de desnacionalização. Além disso, temos a agricultura e a pecuária submetidas a tradings internacionais. Toda a estrutura de produção desse setor, como a dos minerais, é determinada por interesses estrangeiros. Se não, as terras de produção agrícola não estariam sendo usadas em quase 50% só para a soja, nem a pecuária ocuparia mais de 1/3 das terras totais utilizadas.

Pior ainda, os governos entreguistas e pusilânimes, tanto o federal, como a maioria dos estaduais permitiram, quando não apoiaram – em favor das notórias transnacionais, Monsanto, Syngenta, Bunge, Bayer etc. – a substituição das sementes tradicionais – indispensáveis para a segurança alimentar – por sementes transgênicas, prejudiciais à saúde dos que se alimentam com seus produtos, sem falar no veneno dos agrotóxicos associados a essas sementes (só elas resistem a eles). Ademais, o uso das transgênicas contamina as terras vizinhas, acabando com as tradicionais e exterminando as abelhas, necessárias à preservação da vida através da polinização.

Certamente omiti muita coisa, inclusive os absurdos, desnecessários leilões do petróleo descoberto pela Petrobrás, para ser explorado por empresas estrangeiras, em troca de royalties risíveis, em percentual cinco vezes menor que o negociado pelo Xá do Irã com as petroleiras anglo-americanas, ainda nos anos 50.

Clube de Engenharia – Na sua opinião, podemos traçar uma ligação direta entre desnacionalização e desindustrialização? Os dois processos estão ligados de alguma forma?

Adriano Benayon – Sim. Para começar, a desnacionalização causa o empobrecimento de um país. Primeiro, transferindo para o exterior os elevadíssimos ganhos dos oligopólios. Segundo, gerando, com isso, déficits de conta corrente, que têm que ser cobertos por empréstimos e outras formas de endividamento.

As dívidas ganharam dinâmica própria, como se fossem bactérias em ambiente ácido, através da capitalização de juros, tarifas, comissões e taxas especiais, e o Estado gasta grande parte, se não a maior, de suas receitas com o serviço da dívida (no Brasil a externa desencadeou a dívida pública interna, a partir de 1980). Isso devido, inclusive, à influência da oligarquia financeira estrangeira nos governos e até na Constituinte, quando foi inserido no texto da Constituição, fraudulentamente, o dispositivo que privilegia o serviço da dívida no orçamento federal. Essa despesa, de 1988 ao presente, aproxima-se, em moeda atualizada, de 10 trilhões de reais.

Assim, o Estado investiu pouco na infraestrutura – e mal, diga-se de passagem – e nas indústrias de base, a qualidade da educação decaiu etc. O salário médio pouco cresceu, ficou estagnado, mormente em comparação com os países que experimentaram real desenvolvimento. Ora, os grupos industriais preferem investir na produção de bens de elevada qualidade e maior valor agregado nos países de renda elevada ou nos que se desenvolvem.

Assim, crescentemente, os bens de maior valor agregado deixaram de ser produzidos no Brasil. Além disso, acabando com a proteção tarifária, desde a abertura comercial, sem contrapartida, decretada pelo devastador Collor, as transnacionais no Brasil, passaram a importar não só os bens finais de maior valor agregado, mas também os componentes e insumos de maior valor (de resto superfaturados, como sempre fizeram), contribuindo assim para o déficit na conta corrente com o exterior.

Além disso, como as transnacionais não desenvolvem tecnologia no País, pois ganham mais usando a tecnologia já desenvolvida nos países de suas matrizes, há, entre outras, duas consequências:

- 1) a produção local nunca vai concorrer com a produção desses países, porque a tecnologia empregada nesta vai ser sempre mais avançada que a incorporada nas máquinas usadas, exportadas para o Brasil, além de que aqui os custos são superfaturados, para ganhar mais e transferir mais renda para a matriz;
- 2) os engenheiros e técnicos brasileiros ficam excluídos, na especialização internacional, dos empregos mais interessantes e melhor remunerados

Clube de Engenharia – Enquanto os EUA comprou a General Motors, um dos símbolos do capitalismo, e a França mantém controle em diversas áreas, como a aviação, no Brasil, o assunto foi demonizado pela grande mídia. Qual a participação dela – a grande mídia – nesse processo como suporte ao lobby internacional, e como vencer a questão cultural?

Adriano Benayon – A grande mídia sempre combateu e difamou os que defenderam os interesses nacionais, além de ter sempre promovido as ideias, as políticas e os projetos da oligarquia financeira anglo-americana e das transnacionais. Ela já o fazia contra Getúlio Vargas, antes mesmo de findar o Estado Novo, em 1945.

Há, além disso, uma espécie de admiração reverencial dos acadêmicos em geral, não só de economistas, os quais tendem a se orientar pelas doutrinas emanadas das universidades mais famosas do Atlântico Norte, estipendiadas por potentados da oligarquia financeira e grandes transnacionais.

Deu-se também a descaracterização cultural, em muitos países, e de modo especialmente agudo e profundo no Brasil. Uma espécie de Blitzkrieg imperial, com ênfase na música, inclusive com a intensa difusão da antimúsica, aviltamento da indústria do entretenimento, através do cinema, do rádio e das TVs comerciais. A reforma MEC-USAID (supressão do latim e do francês nos currículos escolares) no início dos anos 70, com o ex-militar entreguista Jarbas Passarinho, firmante mais tarde, já no governo Collor, da portaria que fez demarcar imensa área indígena dita ‘ianomâmi’, no interesse da oligarquia financeira, sobretudo britânica, que controla a mineração.

Em síntese, do mesmo modo que só uma completa revolução na política econômica seria capaz de pôr o Brasil no rumo do desenvolvimento, só uma revolução não menos total no campo da cultura viabilizaria aquela. A cultural não exigiria tantos recursos, nem os deveria economizar para formar comunicadores, historiadores e professores que reexumassem as boas realizações da cultura nacional e as renovassem.

O investimento no campo fundamental e estratégico que é a cultura tem de fundar e desenvolver TVs públicas de alta qualidade, as educativas e as informativas e de entretenimento e cultura, com música de qualidade nacional e estrangeira. Também, boas escolas públicas, desde o nível primário ao superior. Uma tarefa gigantesca. Um exemplo: não seria mal retomar e adaptar aos tempos atuais os currículos e os métodos das escolas estaduais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais (entre outras) nos anos 20 do século passado, e do Colégio Pedro II

(federal, de ensino médio, no Rio de Janeiro, antiga capital). Outra ideia: adaptar os currículos das escolas japonesas e chinesas, em que, desde os primeiros anos, há ênfase na formação dos valores éticos.

Em suma, restaurar e renovar tudo que a Rede Globo e outras TVs comerciais têm destruído ao longo dos últimos 50 anos. Também oferecer algo totalmente diferente da revista VEJA aos leitores que buscam informação real e avaliações não distorcidas.

Clube de Engenharia – Com os juros mais baixos da história, alta desoneração da folha de pagamento, isenção de impostos e financiamentos disponíveis, ainda assim, falta ousadia no empresariado nacional. Isso colabora com a desnacionalização? Como acordar os empresários e como isso pode colaborar para frear o processo?

Adriano Benayon – 1) os juros reais ainda são altíssimos no Brasil, e se estamos falando de competição, os de países industrializados concorrentes são muito mais baixos. 2) as desonerações fiscais, além de seletivas em favor de grupos concentradores e transnacionais, de pouco servem em face dos altos custos decorrentes de: a) infra-estrutura mal concebida, mal executada e em deterioração, além de operada por concessionários que oneram abusivamente os já de si as elevadas tarifas; b) custos de produção internos dos próprios oligopólios, inflados para transferir lucros disfarçados para o exterior como se fossem despesas.

Como as transnacionais são favorecidas com a capitalização dos ganhos decorrente de sua posição oligopolista, melhor aquinhoadas por subsídios governamentais e têm acesso a crédito barato, isso retroalimenta a desnacionalização, ao tornar inviáveis as empresas nacionais que precisam de compradores menos depauperados pelos altíssimos impostos (enquanto o Estado desonera os concentradores) e pelos preços dos serviços públicos que deveriam ser módicos ou gratuitos, além dos preços dos produtos dos oligopólios que elevam artificialmente os custos, repassando-os aos consumidores.

Tudo que tentei expor nas respostas anteriores mostra que o problema dos nossos empresários é ter, da parte do Estado, uma banda adequada para tocar a música que eles devem executar: responsabilidade, concorrência e bons resultados para quem tenha valor.

O Estado deveria ajudá-los a crescer sob essas condições. Mas empresa é uma planta que só nasce num tipo de solo: o mercado. Um Estado imparcial daria condições iguais para quem quisesse entrar na competição pelos mercados. Poderia até fazer concursos, com provas e títulos, como o de ter tido empresa que mostrou competência, mas foi esmagada pela concentração econômica e pelas crises decorrentes desta.

Claro que, se há timidez de empresários brasileiros é provavelmente porque se trata de espécie ameaçada, para não dizer em extinção. Mas espécie essencial para o desenvolvimento do País. Ele precisa também de estatais e tem de pôr no lixo o mandamento da oligarquia estrangeira de não estatizar coisa alguma. As estatais devem ser bem estruturadas para as atividades de porte muito grande, em que não há como ter muitas empresas em competição.

Em suma, é preciso que o tripé seja: Estado; empresas estatais; empresas privadas nacionais. O tripé em que Geisel e outros acreditaram (Estado, multinacionais e empresas privadas nacionais) simplesmente ruiu, e, com sua queda, quem foi ao chão foi o Brasil, pois o Estado transformou-se em servidor das multinacionais, e o setor privado nacional praticamente desapareceu. Ficando, pois, só com a perna transnacional, cujos interesses estão no exterior, o tripé de Geisel deu no que deu.

Adriano Benayon: A crise financeira chegará ao Brasil

Luís Brasilino – Publicado em ?

Bancos e monopólios continuam mandando

No dia 3, o Congresso dos Estados Unidos aprovou e o presidente George W. Bush sancionou um pacote de 850 bilhões de dólares de socorro às instituições financeiras afetadas pela crise. A medida, porém, não acalmou os mercados que vivem dias turbulentos. Desde o início do mês até o dia 7 (data de fechamento desta edição), o índice Dow Jones, que mede as ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York, acumulou queda de 13%. No Brasil, os abalos foram ainda mais fortes. Entre os dias 2 e 7, a Bovespa sofreu uma perda de 19,4%. Com isso, perdem força as análises que sustentam que o país está blindado contra a crise. Para o economista Adriano Benayon, não há nenhuma possibilidade de o colapso financeiro, como prefere, não afetar o capitalismo brasileiro. Nesta entrevista sobre a conjuntura econômica, o professor da Universidade de Brasília (UnB) analisa ainda os motivos da crise e afirma que ela já extrapolou a esfera financeira e está atingindo o setor produtivo.

"Quebradeira geral", "caos" etc. Assim, a imprensa corporativa vem noticiando a queda das Bolsas de valores em todo o mundo e, especialmente, no Brasil. Por outro lado, o cotidiano dos brasileiros ainda não foi alterado e poucas pessoas parecem estar cientes desse "caos". Enfim, como (ou quando) a crise financeira afeta a economia familiar?

Adriano Benayon - A imprensa corporativa ocupa-se demais das Bolsas e pouco de coisas mais importantes para a economia. As Bolsas estão registrando quedas expressivas nas ações, e isso não vai parar aí. Mas quebradeira mesmo é com os bancos, financeiras e seguradoras. Não chamo de crise o que está ocorrendo, porque são crises sucessivas formando o colapso financeiro em curso que se amplia e aprofunda. Os que fazem aplicações já têm sofrido perdas, não só em ações, mas também em outros títulos. Além disso, esse colapso já contaminou a economia real nos EUA e na maior parte dos países da Europa. Essa sequência certamente ocorrerá também no Brasil.

A crise, então, já atingiu o setor produtivo?

Adriano Benayon - Como frisei, o colapso financeiro atingiu o setor produtivo em muitos países e de modo sério. É questão de tempo isso se agravar, inclusive no Brasil. As bolhas financeiras acabam rompendo-se, como as formadas por títulos com conexão cada vez mais longínqua (derivativos) com os ativos imobiliários, fiduciários, cartões, títulos de crédito, opções e futuros de ações, de commodities etc.

Começa a haver queda de renda real dos devedores, mesmo porque a concentração econômica leva a criar quantidades colossais de ativos financeiros e mais ainda de derivativos supostamente lastreados nesses ativos, enquanto que a base real da economia, espelhada, por exemplo, nos salários permanece praticamente estagnada.

Intensificando-se as inadimplências, o crédito encolhe, bancos e financeiras vão ficando com ativos sem retorno, tentam passá-los adiante e não conseguem. Muitos e cada vez mais vão tendo que escriturar prejuízos, vem a corrida aos depósitos e por aí vai. É claro que, nessa dinâmica para baixo, o setor produtivo sofre tanto por causa da queda da procura nos mercados de bens e de serviços, como por dificuldades e custos mais altos para o crédito. O aperto do crédito atinge tanto consumidores como empresas produtoras de bens e de serviços. Nesse contexto, as cotações da grande maioria das ações de empresas caem e esse é mais um fator de perda de patrimônio das pessoas e mais um fator de retração da procura.

Entretanto, professor, em entrevista ao Brasil de Fato (edição 292), o economista Nildo Ouriques, da Universidade Federal de Santa Catarina, afirmou que a crise não afetou o lucro do setor produtivo estadunidense, pois as transnacionais estão repatriando dividendos da periferia capitalista. O senhor discorda?

Adriano Benayon - Provavelmente Ouriques está reportando algo correto, mas é uma afirmação genérica demais. Algumas transnacionais certamente já vão lucrar menos em função da retração nos EUA e na Europa. Além disso, dentro de algum tempo, haverá também menos ganhos para enviar da periferia (nem digo repatriar, porque elas ganham na periferia infinitamente mais do que nelas investiram).

O Congresso estadunidense finalmente aprovou o pacote (que havia sido rejeitado pela Câmara no dia 29 de setembro), agora de 850 bilhões de dólares (antes eram 700 bilhões de dólares, mas na votação do Senado, no dia 1º, foram incluídos outros 150 bilhões em isenções fiscais), de socorro aos bancos, uma forma de socializar as perdas com os contribuintes. Apesar disso, o senhor acredita que esse pacote é necessário ou, mais ainda, pode ser benéfico para os trabalhadores?

Adriano Benayon - De forma nenhuma. Os analistas independentes e competentes nos Estados Unidos e na Europa têm qualificado esse pacote como bandalheira. Os bancos beneficiados são grandes doadores das campanhas de ambos os candidatos à presidência [Barack Obama e John McCain], os quais recomendaram a seus partidos a aprovação no Congresso. O secretário do Tesouro [Henry Paulson, o autor do pacote,] é ex-sócio diretor de um deles, o Goldman Sachs. Penso que o pacote é ruim para a economia dos Estados Unidos e para a economia mundial. Claro que é pior ainda para os trabalhadores. Ele apenas livra a cara de alguns banqueiros que abusaram de jogadas gananciosas, ganharam centenas de bilhões de dólares com essas jogadas e não vão ter que reparar o estrago que causaram.

Ele faz com que o governo dos EUA compre títulos sem valor ou de escasso valor para limpar os balanços de bancos e financeiras atolados nesses títulos, cuja manutenção nas suas carteiras significa a bancarrota. Se houvesse democracia nos EUA, essas instituições teriam que passar para o controle de interventores do Estado e os recursos do contribuinte seriam usados na aquisição de ações delas bem desvalorizadas, como já ocorre em função dos maus negócios (agora) para elas.

Outra coisa. Somente os ativos podres do setor imobiliário nos EUA são estimados em 7 trilhões de dólares, de modo que o tal pacote pode cobrir só um pouco mais de 10% dos rombos. Além disso, se se incluir os demais ativos com grande potencial de virar pó, a conta poderá atingir mais de 100 trilhões de dólares. Para que os leitores tenham ideia do problema, o valor nominal dos derivativos, em dólares e euros, principalmente, passa de 500 trilhões de dólares.

Portanto, o que estão fazendo é jogar mais lenha na fogueira da inflação, sem resolver nada na economia produtiva, pois não é aí que estão investindo. O sistema concentrador, que comanda a política econômica em quase todos os países do mundo, abusou das ideologias econômicas do tipo neoliberalismo, globalização, desregulamentação, Estado mínimo etc.

Agora recorre à intervenção do Estado, porque controla discricionariamente o Estado (malgrado a aparência de eleições presidenciais, votações no Congresso etc.). Aí surge a usual louvação infundada ao keynesianismo, uma doutrina que, como mostrou [o economista e ex-senador, falecido em 2003] Lauro Campos, preconiza guerras de grande porte, com mobilização de muitos soldados (como a 2ª Guerra Mundial), para sair da depressão econômica.

O economista Reinaldo Gonçalves, em entrevista ao Correio da Cidadania, apoia o pacote do governo dos Estados Unidos, porque entende que ele procura "travar uma crise financeira que abrange todo o mundo", oferecendo recursos para estabilizar as empresas e bancos envolvidos. O que o senhor acha dessa posição?

Adriano Benayon - Mantendo o que afirmei na resposta anterior, creio que, nesse ponto, o excelente economista Reinaldo Gonçalves não está bem informado.

Existe alguma possibilidade de uma crise nos Estados Unidos não afetar o capitalismo brasileiro?

Adriano Benayon - A meu ver, nenhuma.

Os fundamentos da economia brasileira (reservas) são realmente sólidos ou o Brasil continua tão vulnerável quanto antes?

Adriano Benayon - Continua tão vulnerável quanto antes. Basta dizer que, mesmo antes de o colapso financeiro mundial não poder ser mais escondido, o déficit de transações correntes do Brasil com o exterior já era altíssimo.

O mercado interno brasileiro pode absorver as perdas do setor primário-exportador?

Adriano Benayon - Isso só me parece possível mediante uma mudança completa de modelo econômico, com o Estado fortalecendo empresas médias e pequenas e acabando com os brutais subsídios em favor de transnacionais concentradoras, que controlam os principais e quase todos os setores da indústria, sem falar no agronegócio.

O governo Lula tem propagandeado uma política de comércio exterior que procura reduzir a dependência do Brasil com relação aos Estados Unidos, ao passo que estimula trocas com países do "Sul". Até que ponto isso é verdade? Essa mudança pode proteger o país da crise estadunidense?

Adriano Benayon - Sob o atual modelo, a orientação do comércio exterior do Brasil depende mais das transnacionais e de algumas outras empresas concentradoras do que da política econômica do governo, mesmo porque esta é talhada segundo os interesses desses grupos dominantes na economia.

A política econômica do governo atual (de juros altos, liberalização financeira, câmbio flexível e superávit primário elevado) ajuda ou piora as condições do país nesta hora de crise?

Adriano Benayon - Não tem feito outra coisa até hoje senão piorar as condições do país. Claro que sob conjuntura mundial adversa o dano vai ser exponenciado.

O senhor acredita que, para o Brasil, essa crise significa uma oportunidade para alcançar um desenvolvimento mais independente?

Adriano Benayon - Acredito que ela oferece oportunidade preciosa ao Brasil de buscar o desenvolvimento independente (sem o comparativo, porque, primeiro, o modelo econômico é radicalmente dependente, segundo, embora haja algum crescimento, não há desenvolvimento real).

Por que?

Adriano Benayon - Porque, nessa situação, pode-se entender melhor que convém desatrelar-se da economia mundial controlada por oligarquias de potências hegemônicas, as quais, de resto, controlam também a economia brasileira em sua atual estrutura.

A Revolução de 1930 foi uma resposta ao anterior grande colapso econômico mundial. Sua sequência, embora só conseguisse autonomia parcial, foi grandemente positiva e as lições dessa experiência devem ser aproveitadas, inclusive no sentido de não repetir erros.

Fontes:

https://maoslimpasbrasil.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=72:primeira-entrevista-com-adriano-benayon-a-luz-da-ideologia-zero-&catid=9:artigos&Itemid=21

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/512156-a-desnacionalizacao-da-economia-brasileira-entrevista-especial-com-adriano-benayon-%20>

<http://americadosol.art.br/asol04/entrevista-com-bautista-vidal/>

<http://www.pdt.org.br/index.php/adriano-benayon-a-crise-financeira-chegara-ao-brasil/>